



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.147/2020

Dispõe sobre a nomeação
e convocação de eleitores para os
trabalhos eleitorais nas Eleições Municipais
de 2020 na circunscrição de Minas Gerais.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS no uso de
suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o inciso XVI do art. 30 da Lei nº 4.737, de 15 de julho
de 1965, Código Eleitoral;

CONSIDERANDO o inciso XI do art. 16 da Resolução TRE-MG nº 1.014,
de 16 de junho de 2016, Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Minas
Gerais;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 23.611, de 19 de
dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO ainda a existência de ferramenta em desenvolvimento
pelo TSE para realização de justificativa de ausência às eleições, no dia do pleito,
sem que o eleitor tenha que comparecer a local de votação,

RESOLVE:



Art. 1º Serão regidas por esta resolução a nomeação e a convocação de eleitores para os trabalhos eleitorais nas Eleições Municipais de 2020 na circunscrição de Minas Gerais.

Art. 2º Constituirão as Mesas Receptoras de Votos nas Eleições Municipais de 2020, segundo dispõe o art. 120 do Código Eleitoral e art. 16, caput, da Resolução TSE nº 23.611, de 2019:

I – presidente;

II – primeiro mesário;

III – segundo mesário; e

IV – secretário.

Parágrafo único. As Mesas Receptoras de Votos receberão justificativas dos eleitores que não puderem votar por se encontrarem fora de seu domicílio eleitoral na data das eleições.

Art. 3º Constituirão as Mesas Receptoras de Justificativas 2 (dois) ou 3 (três) membros, a critério do Juiz Eleitoral, dentre as funções abaixo, conforme art. 16, caput e parágrafo único, da Resolução TSE nº 23.611, de 2019:

I – presidente;

II – primeiro mesário; e

III – secretário.

§ 1º Não haverá instalação de Mesas Receptoras de Justificativas no primeiro turno.

§ 2º Haverá a instalação de ao menos uma Mesa Receptora de Justificativa em cada município com mais de 100.000 (cem mil) eleitores em que não haja votação em segundo turno, conforme § 1º do art. 15 da Resolução TSE nº 23.611, de 2019.

§ 3º Os Juízes Eleitorais poderão instalar Mesas Receptoras de Justificativas nos municípios com eleitorado menor que 100.000 (cem mil) eleitores, segundo dispõe o § 2º do art. 15 da Resolução TSE nº 23.611, de 2019.

§ 4º As Mesas Receptoras de Justificativas funcionarão sem urna eletrônica de acordo com o § 4º do art. 15 da Resolução TSE nº 23.611, de 2019.



Art. 4º Os Juízes Eleitorais nomearão eleitores para apoio logístico, podendo ser classificados nos seguintes cargos, segundo dispõe o art. 17 da Resolução TSE nº 23.611, de 2019:

I – Auxiliar de Serviços Eleitorais;

II – Administrador de Prédio; e

III – Auxiliar de Transporte.

Parágrafo único. Os Juízes Eleitorais nomearão os Coordenadores de Acessibilidade, quando aplicável, na função de auxiliar de serviços eleitorais, vinculado ao local de atuação.

Art. 5º Os Cartórios Eleitorais registrarão e atualizarão as informações referentes à convocação, nomeação, treinamento, dispensa e ausência aos trabalhos eleitorais, além da condição de mesário voluntário, no Módulo Convocação do Sistema Elo, procedimento necessário à preservação da integridade do cadastro, à integração com funcionalidades dos sistemas de urna eletrônica e do aplicativo Mesário e à promoção da acessibilidade dos dados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2020.

Des. ALEXANDRE VICTOR DE CARVALHO

Presidente

Relator



